

*PEDRO MANETA E O CONCURSO LITERÁRIO
PROMOVIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO
INDÚSTRIA E COMÉRCIO EM 1942*

*Pedro Maneta and the literary contest held by the
Ministry of Labor, Industry and Commerce in 1942*

ADRIANO LUIZ DUARTE

<http://dx.doi.org/10.1590/S2178-14942016000300007>

Adriano Luiz Duarte é mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo, doutor em História Social pela Universidade Estadual de Campinas, e professor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina (adrianold@uol.com.br).

Artigo recebido em 18 de julho e aprovado para publicação em 7 de outubro de 2016.

RESUMO

O presente artigo tem o objetivo de analisar o romance *Pedro Maneta*, premiado no primeiro concurso nacional de romance e teatro promovido pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 1942. Refletindo sobre a relação entre história, literatura e sociedade, o estudo toma o romance, simultaneamente, como produto e produtor do seu tempo e contexto. Assim, coloca em foco o Estado Novo e a centralidade adquirida pelo mundo do trabalho no momento de seu ápice, ao mesmo tempo em que seu fim se anunciava.

PALAVRAS-CHAVE: trabalho, literatura, Estado Novo, Segunda Guerra Mundial.

ABSTRACT

This paper intends to analyze the novel *Pedro Maneta*, that won the first national contest of novels and plays promoted by the Ministry of Labor, Industry and Commerce in 1942. Reflecting on the relation between history, literature and society, it takes the novel both as a product and a producer of its time and its context. Thus, the paper focuses on the *Estado Novo* and the central role played by the world of labor at the apex of this political regime, at the same time it foreshadowed its end.

KEYWORDS: labor, literature, *Estado Novo*, World War II.

RÉSUMÉ

Cet article analyse le roman *Pedro Maneta*, qui a reçu le premier prix du concours littéraire et théâtral national organisé par le Ministère du Travail, de l'Industrie et du Commerce en 1942. En réfléchissant sur la relation entre histoire, littérature et société, l'article considère le roman simultanément comme produit et comme producteur de son temps et de son contexte. Ainsi, il met en évidence l'*Estado Novo* à son sommet, quand le monde du travail occupait la place centrale, alors même que la fin du régime s'annonçait.

MOTS-CLÉS: travail, littérature, *Estado Novo*, Deuxième Guerre Mondiale.

Ainda que seja possível, ao estudar o passado, isolar os aspectos específicos da vida como se fossem únicos e independentes, é óbvio que isso é apenas o modo em que podem ser estudados, não como foram vivenciados. Examinamos cada elemento como um precipitado, mas na experiência vivida do tempo, cada elemento estava em solução, era uma parte inseparável de um todo complexo. E parece ser certo, pela natureza da arte, que o artista retrata essa totalidade, que é na arte, principalmente, que o efeito total da experiência vivida é incorporado e expresso (Williams, 1987: 18).

O CONCURSO

Em 12 de fevereiro de 1942, a portaria nº 794, assinada pelo ministro do Trabalho Indústria e Comércio, instituiu o Concurso Nacional de Romance e Comédia para operários.¹ A iniciativa deu início a uma série de promoções culturais e esportivas dirigidas aos trabalhadores que culminaram na criação, em setembro de 1943, do Serviço Nacional de Recreação Operária, o qual, por sua vez, promoveria os concursos da canção e da cartilha do trabalhador, excursões, torneios de futebol e sessões de cinema.² O concurso de 1942 foi parte de uma série de ações que se desdobrariam até 1945 e deve ser pensado como componente fundamental do que se denominou a *invenção do trabalhismo*, a assunção de que a simples força da repressão e do controle direto estariam com seus dias contados (Gomes, 1988). Desde dezembro de 1941, Alexandre Marcondes Filho era o ministro do Trabalho. De um lado, sua gestão representou o ápice do projeto estadonovista, com um forte empenho em definir e controlar os meios através dos quais seriam discutidos os problemas relacionados à organização da produção e do trabalho. De outro lado, o envolvimento de todo o continente com a guerra, a partir de dezembro de 1941, evidenciou os limites desse projeto e colocou no horizonte o seu fim. As ações relativas aos trabalhadores e ao mundo do trabalho assumiram aspectos centrais na redefinição do próprio regime, expressa, a partir de junho de 1942, com o acúmulo por Marcondes Filho dos Ministérios do Trabalho e da Justiça.

O Concurso Nacional de Romance e Comédia foi aberto para todos os interessados; a linguagem deveria ser simples, para tornar-se “acessível aos meios proletários”, mas sem perda de um “alto padrão estético e educativo”. Os problemas abordados deveriam ter um claro

sentido construtivo de um “sadio otimismo e animação das virtudes humanas”. Os originais seriam enviados, com pseudônimo, para a sede do MTIC e seriam recebidos até 1º de setembro de 1942. O romance vencedor seria publicado em edição popular e distribuído para todos os sindicatos do território nacional. Seriam impressos dez mil exemplares de um livro reunindo os vencedores nas duas categorias: romance e teatro; além destes, seriam impressos outros mil exemplares em papel *vergé*, sendo os dois primeiros marcados com as letras A e B e os 98 seguintes numerados de 1 a 98 e colocados fora de circulação; embora não se especificasse sua destinação, supõe-se que tenham sido distribuídos pelo Ministério.

O concurso previa três prêmios: o primeiro lugar receberia 20 mil contos de réis; o segundo e terceiro, 5 mil cada um. Além dos prêmios em dinheiro, haveria também três menções honrosas para cada categoria, traduzidas em medalhas de ouro. Todos os prêmios homenageavam os responsáveis pela construção e consolidação do MTIC: o primeiro prêmio, na categoria romance, Getúlio Vargas; na categoria teatro, Darcy Vargas. Os segundo e terceiro prêmios, respectivamente, Lindolfo Collor e Salgado Filho, Agamenon Magalhães e Waldemar Falcão. As medalhas de ouro homenageariam os seis institutos de aposentadoria e pensões: dos bancários, comerciários, estivadores, industriários, marítimos e transportadores de carga.³

Em 24 de agosto de 1942, uma nova portaria tornou pública a comissão julgadora, constituída por 11 membros: Oswaldo Orico e Viriato Corrêa, indicados pela Academia Brasileira de Letras; Mário Nunes e Rafael Barbosa, pela Associação Brasileira de Imprensa; Benjamin Lima e José Lins do Rego, pelo Sindicato Nacional de Empresas Editoras de Livros e Publicações Culturais; Luiz Peixoto e Henrique Pongetti, pela Sociedade Brasileira de Autores Teatrais; e finalmente A. G. de Oliveira Neto e Brígida Timóteo, indicadas pelo gabinete do MTIC para secretariar cada uma das duas comissões, cuja presidência caberia ao próprio ministro.⁴

Paulo Lício Rizzo foi o vencedor com o romance *Pedro Maneta*. Rizzo nasceu em Campinas em 23 de outubro de 1922, filho do pastor presbiteriano Miguel Rizzo e de Maria Lício Rizzo. *Pedro Maneta* foi escrito em dez dias, durante as férias escolares de julho, enquanto ajudava na escola dominical da congregação, no bairro paulistano da Mooca. Entre 1942 e 1946 Rizzo cursou a Faculdade de Teologia da Igreja Presbiteriana do Brasil, em Campinas, e em janeiro de 1946 foi ordenado ministro. Quatro meses depois, seguiu para o Seminário Presbiteriano de Princeton, para aprimorar sua formação. Atuou como jornalista editando o periódico bimestral *Aurora Evangélica*, dirigido à comunidade de língua portuguesa da cidade de New Bedford, onde também foi pastor na Christ Presbyterian Church. Em 1948 e 1949 trabalhou na Escola de Línguas do Exército estadunidense, na Califórnia.⁵ Em 1950, a família Rizzo retornou ao Brasil. Paulo Rizzo foi pastor da Igreja Presbiteriana Filadélfia até sua morte prematura em 1957, aos 34 anos.⁶

O ROMANCE

O enredo de *Pedro Maneta* está centrado na vida da família Martinez, de 1910, quando esta deixa a Espanha, ao início dos anos 1940, quando finalmente seus direitos sociais são reconhecidos pelo Estado Novo. Em São Paulo, a família instala-se no bairro operário da Mooca, onde as moradias eram mais baratas e as fábricas têxteis cada vez mais numerosas. Aos 40 anos, João, um tecelão muito experiente, começava vida nova no Brasil.⁷ A trama começa, de fato, no início dos anos 1920, quando seu filho Pedro, aos dez anos de idade, é levado pelo pai para trabalhar como aprendiz de tecelão. Os Martinez não eram exceção, a proletarização era uma experiência que envolvia toda a família; era comum que todos os membros trabalhassem na mesma fábrica, de tal modo que as ações e comportamentos de uns afetavam todos os demais. Assim, a experiência fabril tornava-se uma referência para todo o núcleo doméstico e um balizamento para a constituição da identidade tanto individual quanto coletiva.⁸

O recorte temporal feito pelo romance destaca as transformações operadas na sociedade brasileira entre os anos 1920 e 1940. Esse eixo divide o romance em duas partes simétricas: de um lado, ausência de direitos; de outro, sua realização supostamente plena. Assim, o romance problematiza um amplo conjunto de temas acerca da sociedade brasileira desde o advento da República: as políticas imigratórias; a intricada composição étnico-cultural da sociedade; as relações de trabalho, com seus complexos jogos de força; as multifacetadas e difíceis relações entre trabalhadores nacionais e estrangeiros; as relações entre patrão e empregado; o papel da representação política; os dilemas econômicos; os impasses sociais acerca da modernidade; a tessitura do sistema corporativo e suas várias ambiguidades entre campo e cidade; os percalços para a constituição do “homem novo”; as várias faces da cultura popular entravando ou potencializando o advento do progresso. Cada personagem é construído com características universalizadoras capazes de retratar, simbolicamente, os dissabores da sociedade liberal brasileira, que a construção do Estado Nacional viria resgatar.

TRABALHO E MUNDO DO TRABALHO

Os irmãos Martinez haviam começado a vida como operários têxteis ainda em Barcelona; contudo, Augusto, aos poucos, fora se distanciando da fábrica e, aproveitando a presença de parentes na Argentina, contrabandeava peles de carneiro e sementes de cebola. Insatisfeito com esse “comércio”, João tomou a decisão de confrontar o irmão perguntando quando afinal sairiam os dois em busca de emprego. “Que arranjar emprego, que nada! Nós

vamos ganhar dinheiro comerciando” (p. 18), disse o irmão. João respondeu lamentando que havia muito tempo não tecia.

– Ora tecer! Com os ordenados que dão por aí... E depois, além de ser difícil um lugar, aqui não há fábricas de caxemiras. Você precisa aprender a lidar com algodão e juta. Coisas baixas! (...) quanto ganhamos neste meio mês de vida? 250\$000... São 500\$00 em um mês... Quando ganharíamos isso na fábrica? (p. 18).

Entretanto, João Martinez, “operário com coração de aço” (p. 19), recusou a proposta de se tornar “comerciante”. Sempre fora operário e somente assim era capaz de perceber seu lugar no mundo. João acabou expulsando Augusto de casa, usando palavras exemplares que norteariam o futuro de Pedro: “Eu pagarei minhas dívidas, suando. Crescerei com dinheiro limpo (...) Dinheiro! Vocês só querem saber disso! Eu trabalharei. E depois: *no tira el mucho dinero la mancha de la verguena*” (p. 19-20). João era um homem com princípios morais incontornáveis, cuja orientação básica era “obedecer aos superiores” (p. 24), princípio que Pedro herdaria, como se fosse uma característica genética, tanto quanto a habilidade como tecelão. Pedro foi exposto a duas alternativas claras: o orgulho operário do pai e o desejo de evasão da condição operária, através da ascensão social, do tio. Pedro Martinez tinha então dez anos de idade, mas a lição do pai o marcaria para sempre e determinaria sua relação com o trabalho fabril.

Pedro foi levado à Silva & Sales pelo pai em agosto de 1910, aos dez anos, e seu primeiro dia de trabalho foi descrito como uma tortura interminável: “aquela manhã fora um suplício horrível (...) as quatro horas de prisão sem fazer quase nada (tudo o que fazia achavam que estava errado), as risadas dos colegas e do próprio mestre, como essas coisas o deprimiam” (p. 26). Tudo pareceu pior quando Pedro se recordou da noite anterior em que dormira na “cama gostosa, alta e quente de seus pais” (p. 24), afundando a cabeça nos “travesseiros de fronhas claríssimas e bem bordadas” (p. 24). Ao longo do dia, a única coisa em que conseguia pensar era nos “seus planos de fuga arquitetados em momentos de revolta durante as horas de trabalho” (p. 29). Quando voltou para casa, não contou aos pais nenhuma das agruras do dia; ao contrário, inverteu completamente a lógica da jornada e transformou em vitórias todas as pequenas derrotas e humilhações que sofrera. Essa mesma inversão orientou o comportamento de João Martinez, que não contou ao filho que conseguira apenas um emprego como faxineiro numa fábrica próxima à Silva & Sales. Assim, a infelicidade da condição operária no chão da fábrica foi mascarada por ambos. Talvez pelo orgulho operário, talvez pela teimosia espanhola.⁹

Catorze anos depois, em 1924, Pedro se tornou mestre na Silva & Sales, onde teve a oportunidade de mostrar seus dons para o comando e a liderança sobre os operários, obtendo

o respeito dos chefes e dos colegas. No mês de julho, São Paulo, mais especificamente a zona leste da cidade – onde se encontrava a maior concentração fabril – fora devastada pelos confrontos entre rebeldes e legalistas. As fábricas foram devastadas e por mais de 20 dias as máquinas ficaram paradas e a população, quando pôde, fugiu para áreas mais seguras da cidade.

Terminado o conflito, os operários retomaram a rotina e foram informados pelo Sr. Mendonça, um dos proprietários da Silva & Sales, que os 20 dias parados no mês de julho não seriam pagos; o máximo que a empresa oferecia era uma ajuda proporcional aos salários. Se quisessem receber o salário no mês seguinte, os operários precisariam deixar a fábrica em condições de funcionar. “Ninguém tugiou nem mugiu” (p. 33), apenas Pedro Martinez, em nome dos operários, perguntou qual seria a proporção da ajuda oferecida; mas a isso o patrão respondeu que só saberiam depois de a fábrica estar em ordem. Sobre a vontade do patrão não cabia discussão! Pedro organizou e dirigiu os trabalhos de remoção dos entulhos, do ferro retorcido, do conserto dos buracos nas paredes etc.

Por semanas os operários estiveram envolvidos na remoção do entulho. Encontrava-se de tudo: cartuchos detonados, baionetas, fuzis, estilhaços de granadas. Numa tarde, um dos operários começou a desencavar o que parecia ser uma das máquinas da fábrica e encontrou um pedaço de tira de aço azul, “encaixada num pequeno talho de ferro fundido” (p. 38); parecia uma laranja com uma pequena argola. Decidido a desenterrar a “máquina”, tentou puxá-la pela argola, mas a ação não surtiu efeito. Continuou cavando e “notou uns gomos quadrados na parte de ferro” (p. 38). Embora fosse um operário experiente, não conseguia identificar aquela máquina, apoiou a chave inglesa entre as gretas dos gomos e forçou. Para facilitar seus movimentos, ajoelhou-se e com a mão direita segurou a peça enquanto com a esquerda escavava o entulho à sua volta. De repente, alguém gritou: “é uma granada, vai explodir!” O operário que cavava ficou estático, os outros correram. Sem pestanejar, Pedro pegou o artefato com a mão direita e o jogou sobre os entulhos. Um forte estrondo sacudiu a fábrica e uma espessa nuvem de calíça cheirando a pólvora obscureceu tudo. Quando a calígem baixou, os operários viram uma poça de sangue que tingia os monturos imundos junto à parede, e o corpo de Pedro Martinez sem o braço direito.

O acidente representou uma clivagem no romance. A perda do braço foi o momento de inflexão que colocou em cena a dimensão do desamparo e da desesperança às quais estavam submetidos os operários fabris de São Paulo e, por extensão, do Brasil. O acidente catalisou o mundo privado das relações familiares e dos afetos e o mundo público da experiência fabril. A terceira visita recebida por Pedro na Santa Casa de Misericórdia foi a de sua noiva Julieta (as anteriores haviam sido as do pai e do Dr. Juca Brito), que sem delongas terminou o noivado, tornando ainda mais penosa a sua recuperação. Sem amparo legal, a perda do braço jogou

Pedro na incerteza; sem recursos materiais e sem sua noiva, ele cogitou, por diversas vezes, o suicídio.

A precariedade da vida operária se revelou em toda a sua crueza depois do acidente. Pedro, cujo salário era de 200 mil réis mensais, conseguira guardar, ao longo de dez anos, a irrisória quantia de 600 mil réis. Sem garantia de emprego e sem direitos trabalhistas, esse montante se esgotou rapidamente. Os operários da Silva & Salles encaminharam um abaixo-assinado para o Sr. Mendonça, pedindo uma indenização para o mestre Pedro. Como o patrão não se dignou a responder, ameaçaram uma paralisação, a primeira greve na história da fábrica. O empresário argumentou que já pagara as despesas com a Santa Casa de Misericórdia; os operários não cederam. Então, “generosamente”, ele ofereceu um mês de salário como ajuda; os operários recusaram, e Mendonça elevou a sua oferta a 400 mil réis, exatos dois meses de salário. Os operários organizaram também uma cotização que alcançou 323 mil réis, para a compra de um braço.

O trabalho e o mundo do trabalho são tão centrais na narrativa de *Pedro Maneta* que, passados cinco meses de sua mutilação e estando totalmente recuperado fisicamente, Pedro “sentia um imenso vazio”, como se lhe faltasse a própria vida; “seu rosto magro permanecia pálido e seco” (p. 70), mas não era um problema de saúde, o vazio vinha da alma e só uma coisa seria capaz de preenchê-lo: “era o trabalho (...) o tear... Mas trabalho e tear pareciam incompatíveis com o aleijão... Que fábrica haveria de aceitar um maneta como operário?” (p. 70). É nesse estado de espírito que Pedro irá recorrer aos conselhos, sempre judiciosos, do Dr. Juca Brito, que intermediará o contato dele com o “seu” Assunção, o empresário bondoso e sensível, antítese do Sr. Mendonça. Logo no primeiro encontro, num gesto simples, mas decisivo, “seu” Assunção estende a mão esquerda para cumprimentá-lo. Ninguém, até então, havia tido esse gesto delicado, mas, ao mesmo tempo, de grande aiosidade. Não se tornaram amigos, afinal, havia um desnível hierárquico entre ambos, uma distância sob todos os aspectos intransponível, mas com esse gesto simples “seu” Assunção pavimentou o caminho que, doravante, o uniria a seu novo empregado. Pedro foi contratado como porteiro – a mesma função que seu pai exercia havia mais de 20 anos.

O retorno de Pedro à função de tecelão aconteceu em 25 de julho de 1927, três anos depois do acidente. No momento de reconduzi-lo à antiga função, “seu” Assunção não perdeu a oportunidade de reafirmar os laços de dependência mútua entre patrões e operários: “eu preciso de seu concurso (...) a fábrica precisa de homens hábeis que sejam capazes de apresentar tecidos perfeitos mesmo quando as condições de trabalho não forem perfeitas. Nós não sabemos o que pode vir por aí...” (p. 106-108). Seu retorno restabeleceu a harmonia natural na fábrica e na sua vida; afinal, ele estava de volta ao “lugar para o qual nascera”.

Entretanto, essa condição era atravessada por uma insatisfação que beirava a revolta iminente; embora Pedro estivesse feliz com a “nova” função, a fábrica não deixava de ser uma terrível prisão, uma espécie de portal do inferno:

Afinal essa vida de ir à fábrica, sair da fábrica, carimbando o cartão de presença sempre à mesma hora tornava-se uma rotina esmagadora... Com o tempo a gente nem acredita mais na morte. Fica-se pensando que esse vai e vem há de ser eterno, ou pelo menos que não parará antes que termine o toc-tô-toc das máquinas, que lhes serve de compasso e acompanhamento (p. 143).

Pedro expressa essa constatação em diversos momentos da narrativa. Uma das mais tocantes é aquela em que relata a morte do pai, João, em paralelo com o seu dia de trabalho (outra forma de morte) e a marcação do tempo no relógio anunciando o fim do expediente:

O relógio de ponto, ao registrar as horas nas quatro colunas de sua ficha vermelha, parecia cravar em meu rosto uma ruga de apatia. Tiririn! Sete horas – uma ruga horizontal na testa. Tiririn! Onze horas – um pé de galinha na empapuçada órbita ocular. Tiririn! Doze e trinta – um tríplice crivo dispéptico entre as sobrancelhas. Tiririn! Dezoito e trinta – rugas profundas na maçã do rosto. Ia mal seu Martinez! Todo mundo via. (...) Um padre com rugas na maçã do rosto, ministra-lhe os últimos sacramentos. Era hora de sair da fábrica, para o descanso do lar... (p. 143-144).

O espaço fabril é descrito reiteradamente como o espaço privado da vontade patronal, tanto nos argumentos de Mendonça, a expressão do mau patrão, quanto nas falas do Assunção, seu antípoda. A diferença central entre os dois é que Assunção reconhece a fábrica como uma unidade de partes inseparáveis, obviamente sob seu comando: “todos os empregados estão aí, porque me são necessários, muito necessários...” (p. 80), enquanto Mendonça ainda não alcançou essa noção corporativa.

O Estado Novo se constituiu com a promessa da transcendência e integração dos elementos abstratos da realidade nacional. A novidade nos anos de 1930, sobretudo depois de 1937, é que a discussão acerca da identidade nacional estava umbilicalmente vinculada ao mundo do trabalho. A Constituição de 1937 estabeleceu o trabalho como um dever social e, conseqüentemente, criminalizou o não trabalho. Não trabalhar nas condições e formas reconhecidas e estabelecidas pelo Estado significava permanecer à margem da sociedade. Afinal, “pelo trabalho o homem conquista a prosperidade econômica, a cultura intelectual, o respeito e proteção do Estado” (Andrade, 1941: 21). Ou seja, na esfera do trabalho, o homem encontraria paz, felicidade e prosperidade; fora dela, haveria o limbo social. Os direitos de cidadania emergiam subordinados ao universo do trabalho e regulados por ele. O pertencimento à esfera profissional, legalmente reconhecida pela burocracia estatal, fundaria os atributos do cidadão

(Santos, 1979:75). Fica evidente que o mundo do trabalho é central para a configuração da noção de direitos e de cidadania que se desenhou nas décadas de 1930 e 1940.

Num certo sentido, *Pedro Maneta* pode ser descrito como um longo processo de re-
denção, cuja catarse ocorreu em 10 de novembro de 1940, durante o desfile comemorativo do terceiro aniversário do Estado Novo: “a imensa peça de morim com dois metros de altura era sustentada por três mastros de madeira, um a quatro metros do outro. O da direita era levado por um desconhecido, o do meio pelo Felipe, e o da esquerda, quase não acreditei, pelo Assunção...” (p. 177). No estandarte do sindicato dos trabalhadores da indústria têxtil, lia-se: “harmonia social”. Um ex-comunista, Felipe, também redimido, aparecia irmanado com seu patrão. Essa composição foi tão impactante que produziu transformações físicas. Ao iniciar-se o desfile, Pedro disse: “Peguei Encarnação nos meus braços (sic) e fiz Augusto e Manoela se aproximarem o mais possível do cordão de isolamento. A massa popular pesava atrás de nós” (p. 175). No dia seguinte ele foi o primeiro a chegar ao trabalho: “Nunca trabalhei com tanto vigor como nesse dia. À medida que o tecido se formava rapidamente, sentia-me cada vez mais elevado a atmosferas de felicidade indescritível. Como era bom tecer! Como os desenhos da obra dirigida por minhas próprias mãos (sic) me embriagavam! (...) você descobriu o paraíso no dia em que alcançou a significação profunda de viver no seu próprio lugar” (p. 179). No paraíso, as deficiências físicas desapareciam! Somente o trabalho podia, agora, se constituir em medida para a valoração social dos indivíduos; somente o trabalho podia ser o critério para a distribuição da justiça social e o definidor dos contornos e limites da cidadania. O concurso literário de 1942 e a premiação do livro *Pedro Maneta* foram momentos significativos na consolidação desses princípios.

RELIGIÃO

O orgulho, inveja, arrogância e presunção tomaram conta de Pedro depois do acidente. O personagem foi da depressão, beirando o suicídio, à violência física contra a esposa e os colegas de trabalho. Mas toda vez que a angústia se avolumava, era na religião que ele encontrava refúgio. A fé era a “vitória que vence o mundo” (p. 76). O narrador era enfático: era essa força na alma que deveria ser empregada no trabalho e que o impulsionava nas dificuldades. Profundamente em acordo com o ideal estadonovista, o narrador ponderava: “é crime trabalhar sem amor à tarefa que lhe foi confiada. É crime contra a fábrica. É crime contra o social porque prejudica a ação harmoniosa do conjunto” (p. 76). A fé aparece como sinônimo de envolvimento com o que se faz, do amor e da dedicação com que se desempenham as tarefas às quais cada qual está destinado. É aí que se encontra a harmonia que equilibra o conjunto

social, pois cada indivíduo é uma peça importante para que o “mecanismo fabril funcione com eficiência, e as peças pequenas também são necessárias” (p. 76), reitera o narrador. Cada elemento é fundamental para o bom desempenho do conjunto. O corpo fabril, parte fundamental do corpo social, é composto dos menores e aparentemente mais insignificantes elementos.

Tanto pode ser feliz um são como um doente, um rico como um pobre, um sábio como um ignorante. Mas aí desses cuja primeira coisa a fugir-lhes da alma é a fé, a coragem! Quem tem fé constrói a felicidade, usando qualquer coisa. O desacorçoado veste tudo de preto (p. 76).

Depois dessa digressão feita pelo Dr. Juca Brito, seguia seu bordão: “ânimo, ânimo e sempre ânimo”, atribuído a Danton. Havia um otimismo religioso no comportamento de Pedro; mesmo nos momentos mais difíceis, era sua fé em Deus, mas também ou talvez, sobretudo, sua fé na esperança que o mantinha caminhando.

Já se argumentou que o Estado Novo sacralizou a política, utilizando referências, símbolos e mesmo liturgias católicas como instrumentos e mecanismos para a ordenação social (Lenharo, 1986). *Pedro Maneta* nos mostra que a inspiração dessa sacralização não era exclusivamente católica. O calvinismo desenvolveu uma concepção teológica na qual a ideia de predestinação está diretamente relacionada ao mundo do trabalho, pois é por meio dele que se alcança a ascese (Gasda, 2010: 350). O trabalho e o uso comedido do bem-estar que a riqueza produz constituem o modo principal de render louvor a Deus. Nessa condição, os valores materiais não se oporiam aos espirituais, pois se orientariam pelas virtudes da sobriedade, justiça e piedade (Gasda, 2010: 356). O homem não pode mudar seu destino, mas uma vida virtuosa e próspera anuncia a possibilidade da salvação, e o trabalho morigerado, árduo e feito com amor é o testemunho dessa possibilidade. O trabalho é um dever e, mais do que isso, é um sinal moral de que se está entre os eleitos. Max Weber já havia chamado a atenção para o fato de que, desde o início do movimento da reforma, seria possível constatar o nascimento de uma “concepção espiritual do trabalho”, dando origem a uma “ética profissional”. Mas é com Calvino que o homem se converte em instrumento da vontade divina. Esse é o pressuposto pelo qual o trabalho ganha uma conotação moral específica e converte o êxito econômico em sinal da salvação. Essa seria a origem do ascetismo laico, noção que dava sentido à vida e às ações de Pedro Martinez (Weber, 1967: 122-124). É o ascetismo laico que distingue os bons dos maus, sejam operários ou patrões.

O sentido do romance *Pedro Maneta* é o restabelecimento do ascetismo laico como fundamentação da vida social, que o mundo moderno teria esgarçado. Nesses termos, patrões e operários compartilhariam os mesmos princípios, e a mesma ascese seria esperada de ambos. Greves, conflitos trabalhistas, disputas orientadas por diferentes interesses simplesmente

não teriam lugar. Nesse sentido, *Pedro Maneta* é um romance pastoral. O nome do protagonista não foi escolhido por acaso: originado do aramaico *Cephas* (rocha, pedra), Pedro foi o apóstolo mais próximo de Jesus e o principal pilar da Igreja. A história de *Pedro Maneta* dá forma literária à ideologia do trabalho no Estado Novo, encenando-a num enredo ordenado no qual a redenção social e a salvação da alma andam *pari passu* com a ausência de conflitos sociais. Do ponto de vista do regime não se tratava, simplesmente, de transformar o ascetismo laico em fundamentação para os mundos social e político; tratava-se, antes de mais nada, de ser pragmático: estabelecer os fundamentos da harmonia social e consolidar uma sociedade una, indivisa, coesa e harmônica.

A quebra da bolsa de valores de Nova York em 1929 aparece no romance como um drama pessoal, que abre a possibilidade de retorno ao ascetismo laico como fundamentação do mundo. A iminência da morte é a oportunidade para a remissão de Augusto, que assume seu erro ao substituir o trabalho pela especulação. Afinal, vale lembrar, essa escolha teria sido contrária à natureza, pois os Martinez nasceram para as fábricas. Essa constatação leva João Martinez a concluir que “todos têm um braço quebrado nesse mundo” (p. 115); sempre que um homem desempenha uma função contrária à sua natureza ele é maneta.

Sem dúvida, o ascetismo laico como fundamentação do mundo pode configurar um mundo no qual as relações entre patrões e operários são harmônicas, não havendo lugar para os conflitos. Mas é também um princípio que pode educar os patrões, porque limita seu poder ao chão da fábrica, subordinando-o à lógica do respeito e da reciprocidade desconhecida por uma classe habituada a mandar sem limites. Nesse sentido, domesticam-se os operários e civilizam-se os patrões! Seria meia verdade concluir que *Pedro Maneta* é um romance apenas conformista. A despeito de expressar um conjunto de valores morais convencionais, embasados na ética capitalista do trabalho, o romance também expressa uma crítica à sociedade ao subordinar o lucro a um uso comedido, exigência fundamental para que não contradiga os ganhos espirituais, dando vezo ao triunfo final das qualidades humanas sobre o dinheiro e o poder. Esta certamente não é uma das ambiguidades menores do romance.

COMUNISMO

Logo no primeiro dia de trabalho na fábrica do “seu” Assunção, Pedro se desentendeu com Felipe, que havia muito desejava o cargo de porteiro para controlar o relógio de ponto “e se vingar dos colegas” (p.78). Desde o início Felipe tratara Pedro com sarcasmo e desdém. Foi ele quem o apelidou de chaleira, pelo que recebeu um potente cruzado de esquerda no queixo, que quase custou o emprego a ambos. O desentendimento entre os dois possibilitou que Assunção

mostrasse toda a sua bondade. Ele reuniu os brigões e alertou: “na minha fábrica não há favores. Todos os empregados estão aí, porque me são necessários, muito necessários. É por isso que não os mando embora nesse instante. Eu preciso do senhor (...) o senhor é um elemento essencial para a boa ordem do serviço” (p. 81). Há dois aspectos a destacar no trecho transcrito: o primeiro diz respeito à percepção da fábrica como espaço privado da vontade patronal; nesse caso, para sorte dos operários, tratava-se de um homem generoso, capaz de reconhecer a importância de cada operário e de valorizá-los por isso; o segundo reitera a noção de corpo fabril harmônico, em que todos são necessários, pois cada um tem um papel específico e fundamental para o desenvolvimento do todo. Não há lugar para o conflito entre os operários, muito menos entre eles e o patrão, cujo papel fundamental é o de arbitrar os conflitos.

Pedro tornou-se uma liderança entre os operários, não só da fábrica em que trabalhava, mas em todo o bairro da Mooca; liderança obtida por suas qualidades no trabalho, por suas habilidades, probidade e energia. Num momento de admirável honestidade, em que reflète sobre essa liderança, o personagem levanta uma séria dúvida sobre as razões pelas quais agia: “Fazia isso com prazer, não sei bem ao certo se por uma vaidadezinha muito humana, se arrastado pelo exemplo de Juca Brito ou se impulsionado pelo princípio do Bem, que luta em todos os corações contra as forças do Maligno” (p. 119).

Em 1935, fora a vaidade, ele reconheceu, que o levantara a se envolver “numa aventura que por pouco não se tornou desastrosa” (p. 119). Certa noite, a convite de Felipe, Pedro compareceu, sem saber bem ao certo do que se tratava, a uma reunião na venda do Gimenez. Logo percebeu que era uma reunião do diretório da Aliança Nacional Libertadora (ANL) do Bairro da Mooca. “Vi a sala cheia de fumo e cerca de vinte homens sentados...” (p. 120). Nenhum dos presentes lhe era estranho, conhecia todos das fábricas e ruas do bairro. Alguns, ele não via desde a década de 20. Um a um foram apresentando relatórios das suas respectivas fábricas. Concluída a exposição, discutiram o encadeamento para o levante. Ao recém-chegado, Pedro, caberia uma tarefa simples: neutralizar o “seu” Assunção – com o uso da força, caso necessário – e, com seu prestígio, sublevar a fábrica. O futuro governo revolucionário seria dividido em três comissariados, de alimentação e saúde, divertimento e esportes e moral e instrução, presididos pelo “camarada Martinez”.

Obviamente, a adesão de Pedro ao “levante” não resultou de uma conversão política consciente ou da deliberação de construir um caminho alternativo para as difíceis condições de vida de seus companheiros de trabalho. A distância de Pedro do comunismo é dada, por exemplo, nas avaliações irônicas e mordazes que lhe passam pela cabeça quando lhe são apresentados os futuros comissários. O camarada Gimenez cuidará da alimentação e saúde: “o maldito dono da venda – comentei comigo. Quando a revolução vencer, vamos passar a

feijão carunchado e arroz com areia!” O inepto camarada Felipe cuidará dos divertimentos e esportes. O bígamo Garciez cuidará de moral e instrução. Em resumo, os revoltosos são retratados como espertalhões, incompetentes, despudorados, aventureiros, violentos e ladrões.¹⁰ Entretanto, ele pondera:

Homens cheios de entusiasmo (...) está aí uma oportunidade de se melhorar as condições de vida desse povo (...) minha mente povoou-se de fotografias da Rússia espalhadas pelos propagandistas do credo vermelho. Vilas para operários com higiene absoluta... Creches onde até o leite materno tornava-se comunitário... Navios carregados de trabalhadores em viagem de recreio... Campos de esporte para todos os sexos e idades... Saúde! Progresso! Entusiasmo! (p. 123)

Certamente, nessa digressão, há mais do que uma ambígua ingenuidade. Há também admiração e arrebatamento pela possibilidade de uma revolução social. No seu devaneio, Pedro reconhece que a única possibilidade concreta de melhorar a vida dos seus companheiros está no potencial transformador da revolução.

Agora me apresentam como elemento de confiança para dirigir a execução de tudo isso aqui no meio de meus queridos! Aqui na Mooca, que se tornou a minha própria vida. Sim! Arrasar aqueles cortiços insalubres e erguer arranha-céus para meus colegas! (...) que grande oportunidade de fazer o bem! Não deveria perdê-la (p. 123).

De todo modo, sua “adesão” é autoritária e marcada pela vaidade: “é verdade que o comissariado é constituído de ineptos. Mas eu posso agir sem consultá-los (...) a tentação tornou-se forte demais...” (p. 123). Num certo sentido, trata-se de uma antiadesão: “Afinal, era só fazer o Assunção ‘dormir’ com um soco. O resto, segundo me afirmaram, estava perfeitamente tramado em todo o Brasil. Se eu recusasse e o movimento vencesse, iria para a parede de fuzilamento. Isso era inevitável” (p. 123).

Esse foi o único momento no romance em que o patrão foi retratado como um inimigo; mesmo que a “adesão” de Pedro fosse equivocada e inconsistente, esse foi o momento em que sua revolta contra as desigualdades sociais veio à tona, e o momento da radicalização política na sociedade brasileira orientou a radicalização do personagem.

O AUTOR

As simpatias comunistas do personagem coincidem com as do autor. Não é difícil compreender as possíveis simpatias comunistas de Paulo Rizzo.¹¹ O rápido crescimento do PCB no pós-guerra pode ser atribuído ao prestígio da URSS durante o conflito; à consideração pessoal de Prestes, que teria crescido em proporção direta ao aumento das simpatias pela

URSS, após a invasão alemã na operação Barbarossa, em junho de 1941. O estudante Rizzo entusiasmou-se com a agitação cívica provocada pelo PCB e seu combate ao nazifascismo. Mais do que isso, ele acompanhou a gestação dessa efervescência: conhecia os problemas do bairro da Mooca, as longas jornadas de trabalho, os problemas de moradia, as carências materiais etc.; esse foi o contexto da sua formação política e da redação do *Pedro Maneta*.

Sua “simpatia” pelo PCB, bem como seus comentários políticos, num claro viés cristão, foram assentados no anseio muito concreto por justiça social e consolidados durante a guerra. Assim, Paulo Rizzo pode ser considerado um “companheiro de viagem” do PCB (Aaron, 1961: 9), por isso mesmo alguém que via com muita simpatia a legislação de proteção aos trabalhadores posta em prática durante o Estado Novo. *Pedro Maneta* foi escrito depois do ataque a Pearl Harbor e um mês antes do rompimento brasileiro com o Eixo, portanto, no clima da “união nacional pela paz e democracia”, com Vargas. Foi essa “estrutura de sentimento” (Williams, 1979: 133), juntamente com o combate ao nazifascismo, que levou intelectuais de matizes políticos muito diversos a se aproximar do Estado Novo e colaborar em jornais e revistas que defendiam ideologicamente o regime, mesmo que, pessoalmente, não o fizessem. O nacionalismo, nesse contexto, não foi apenas um mero álibi.

Quando o jornal oficial do Estado Novo, *A Noite*, informou os resultados finais do concurso, em 4 de novembro de 1942, descobriu-se que Paulo Rizzo havia se inscrito no concurso com o pseudônimo “Paris, 42”.¹² Em junho de 1940, Paris fora ocupada pela Wehrmacht, mas fora relativamente poupada. Nos dias 16 e 17 de julho de 1942 (quando Rizzo escrevia *Pedro Maneta*), aproximadamente 13 mil judeus foram presos e deportados para diversos campos de concentração, no que ficou conhecido como o *Rafle du Vélodrome d’Hiver*, a maior prisão em massa de judeus na França ocupada. Acredita-se que menos de cem pessoas tenham sobrevivido à deportação.¹³

Pedro Maneta é, sobretudo, um romance humanista. É bem possível que deva ser lido como parte de um debate interno da Igreja Presbiteriana. O romance enfatiza preceitos muito caros ao protestantismo clássico: liberdade de consciência, livre arbítrio. Já se argumentou que, no momento da sua chegada ao Brasil, o protestantismo se apresentava como uma força renovadora, indo além do simples ajustamento às condições sociopolíticas existentes. A organização democrática de suas igrejas, seu esforço educacional liberal, sua ênfase na separação entre Igreja e Estado, bem como suas denúncias das consequências político-sociais retrógradas do domínio católico sugerem que era forte seu empenho em uma transformação profunda nas condições do país. No entanto, desde os anos 1940, teriam sido deflagrados novos mecanismos de controle interno e de contenção das ações liberais, ligados a tentativas de reordenar aspectos institucionais, teológicos e sociais específicos da Igreja, afastando-a

dessa tradição democratizante e empurrando-a cada vez mais para uma posição conservadora. Do ponto de vista institucional, quanto mais as igrejas católicas caminhavam na direção da esquerda, na elaboração do que seria a teologia da libertação, mais e mais as igrejas protestantes se convertiam ao conservadorismo:

O discurso sobre a liberdade e consciência deu lugar ao discurso sobre a obediência e a conformidade ao pensamento herdado do passado. Tais mecanismos encontraram um poderoso aliado nas transformações político-ideológicas que se seguiram, de sorte que o reformismo religioso passou a ser identificado com contestação política (Alves, 1979: 12).¹⁴

O romance *Pedro Maneta*, portanto, pode ser lido como uma tomada de posição nesse debate, por sua defesa da legislação de proteção ao trabalho, da sociabilidade operária, da liberdade de consciência, num claro posicionamento ao lado dos trabalhadores contra os excessos do capitalismo. Era também uma tomada de posição nos debates internos da Igreja Presbiteriana, uma defesa da tradição de organização democrática, de liberdade de consciência e de livre arbítrio que caracterizava a presença das igrejas protestantes ao lado dos “de baixo”.

Mas *Pedro Maneta* é também um romance de paradoxos. Há o paradoxo do trabalho fabril: a fábrica é um infortúnio, uma desventura, uma infelicidade aterradora para todos os que nela são obrigados a trabalhar; mas, ao mesmo tempo, é apenas por meio dela que se pode construir uma visão positiva do trabalho, orientada pela noção de ascese laica que dá sentido ao orgulho de ser operário. Há também o paradoxo do comunismo: simultaneamente percebido como caminho para a libertação feminina e para a conquista de melhores condições de vida e de trabalho para os operários, e como gerador da desagregação social, pois, ao se organizar sob a lógica do conflito, impede a construção da harmonia entre operários e patrões, e a ascese laica que ela supõe. Não é difícil entender por que *Pedro Maneta* foi agraciado no concurso literário cujo objetivo era assegurar legitimidade a um regime no momento em que ficava evidente o seu fim próximo.¹⁵ Mas também não é difícil entender como, marcado pelas ambiguidades políticas do contexto, ele pode ser lido, em muitos aspectos, como o oposto do que pretendia o regime que o premiou.

O mais surpreendente talvez seja o fato de um livro premiado pelo Estado Novo poder dizer o contrário do que ansiava o regime: *Pedro Maneta* censura a cupidez sem freios dos patrões, elogia as conquistas materiais e morais do comunismo, defende a liberdade e a emancipação das mulheres, critica as penosas condições de trabalho, rejeita as fábricas insalubres, justifica a legislação de proteção aos trabalhadores, ataca as inseguranças e precariedades a que estão submetidos os operários etc. Talvez esse seja o risco, sempre que se pensa que a literatura (e as artes em geral) possam servir mansamente a algum planejamento político.

HISTÓRIA E LITERATURA

A relação entre história e literatura (ou melhor, entre historiadores e críticos literários) nem sempre tem sido fácil. A relação pode se constituir de muitas formas diferentes, com diferentes desdobramentos da fatura crítica. Na perspectiva da história social, da relação entre literatura e sociedade, à qual este texto se reporta, a literatura é tomada essencialmente como uma

reorganização do mundo em termos de arte; a tarefa do escritor de ficção é construir um sistema arbitrário de objetos, atos, ocorrências, sentimentos, representados ficcionalmente conforme um princípio de organização adequado à situação literária dada, que mantém a estrutura da obra (Candido, 2002: 179).

E o *princípio organizativo* de Pedro Maneta é o *trabalho*. É ele que define o mérito dos homens diante de deus, seu lugar social, sua importância na família, seus direitos na sociedade. É o *mundo do trabalho* que estrutura a narrativa, que organiza o tempo, que produz a coesão social e cuja negação ou ausência desestrutura as relações no âmbito da família, da fábrica e da política. É aqui que *texto e contexto* se fundem dialeticamente: “o *externo* (no caso, o social) importa não como causa, nem como significado. Mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, *interno*” (Candido, 2002: 179, grifos no original). Problematizar o modo especificamente literário de expressão do contexto sócio-histórico me parece ser a maneira mais produtiva de pensar a difícil relação entre história e literatura. Essa é chave de uma leitura materialista e dialética, como aponta Roberto Schwarz:

Que a literatura faça parte da sociedade, ou que se conheça a literatura através da sociedade e a sociedade através da literatura, são teses capitais do século XIX, sem as quais, aliás, a importância especificamente moderna da literatura fica incompreensível. Elas estão na origem de visões geniais e dos piores calhamaços. Em seguida se tornaram lugar-comum que sustenta a historiografia literária convencional. Dentro desse quadro, o traço que distingue a crítica dialética, e que a torna especial, é que ela desbanaliza e tensiona essa inerência recíproca dos polos, sem suprimi-la. O que for óbvio, para ela não vale a pena. Se não for preciso adivinhar, pesquisar, construir, recusar as aparências, consubstanciar intuições difíceis, a crítica não é crítica. Para a crítica dialética o trabalho da figuração literária é um modo substantivo de pensamento, uma via *sui generis* de pesquisa, que aspira à consistência e tem exigência máxima. O resultado não é a simples reiteração da experiência cotidiana, a cuja prepotência se opõe, cujas contradições explícitas, cujas tendências acentua, com decisivo resultado de clarificação. Em suma, em termos de método, o ponto de partida está na *configuração da obra*, com as luzes que lhe são próprias, e não na sociedade (Schwarz, 2012: 281).

Ou, como sugeriu Theodor Adorno (1970: 154), “o conteúdo de verdade das obras de arte funde-se com o seu conteúdo crítico”, conteúdo que não se encontra “fora da história, mas constitui a sua cristalização nas obras”. Assim:

a arte nega as determinações categorialmente impressas na empiria e, no entanto, encerra na sua própria substância um ente empírico. Embora se oponha à empiria através do momento da forma – e a mediação da forma e do conteúdo não deve conceber-se sem a sua distinção – importa, porém, em certa medida e geralmente, buscar a mediação no fato de a forma estética ser conteúdo sedimentado (Adorno, 1970: 17, grifos no original).

Enfim, para o historiador social cabe, sobretudo, tomar *Pedro Maneta* como testemunho do seu tempo, historicizando

a obra literária – seja ela conto, crônica, poesia ou romance –, inseri-la no movimento da sociedade, investigar as suas redes de interlocução social, destrinchar não a sua suposta autonomia em relação à sociedade, mas sim a forma como constrói ou representa a sua relação com a realidade social – algo que faz, mesmo ao negar fazê-lo. Em suma, é preciso desnudar o rei, tomar a literatura sem reverências, sem reducionismos estéticos, dessacralizá-la, submetê-la ao interrogatório sistemático que é uma obrigação do nosso ofício (Chalhoub e Pereira, 1998: 7).

NOTAS

1 Boletim do MTIC n. 91, março de 1942, ano VIII, p. 74-77.

2 Sobre o S.R.O., ver Bretas (2010).

3 Boletim do MTIC n. 91, março de 1942, ano VIII, p. 74-77.

4 Boletim MTIC n. 97, setembro de 1942, ano IX, p. 80-81.

5 Sobre sua passagem pelos EUA ver Duarte (2013: 229-254).

6 Cecília Borges Rizzo, em entrevista concedida ao autor em 20 de janeiro de 2005. Paulo Rizzo escreveu também *Pan-americanismo: de Nabuco e do senador Gillette*, premiado pela UNESCO em 1939; *Como reconstruir um mundo fraternal do qual as guerras não façam parte*, premiado pelo concílio mundial das igrejas de Genebra, em 1941; *Nabuco e pan-americanismo*, em 1949; *Manual da mocidade*, em 1949; *Antes que desça a noite*, que recebeu menção honrosa da Sociedade Paulista de Escritores em 1950 (Melo, 1954: 531). Além desses, escreveu os romances *Duas cruzes e um cifrão* e *Bebedouro dos diabos*. O único trabalho que viu editado foi *Pedro Maneta* (Menezes, 1969: 1093).

7 Para mais informações ver Klein (1994: 35-64).

8 “O que parece ocorrer não é a proletarização de indivíduos, mas a proletarização de toda a família, através do assalariamento de todos os seus membros válidos. Compelidos ao mercado de trabalho, os membros da

família trabalhadora parecem ter adaptado suas formas referenciais de organização familiar às características do mercado de trabalho comandado pela indústria, e isso se deu de forma diferenciada, segundo as características de cada mercado de trabalho regional” (Paoli, 1992: 21).

9 Em uma conferência de 1941, em Marselha, a pensadora Simone Weil, que havia abandonado a Sorbonne para viver a experiência como operária de fábrica na Renault, colocou-se a pergunta: o que é exatamente a condição operária? Percebeu que havia nela um desenraizamento, um exílio, uma tristeza, que não se tornava um conceito, não se explicitava como um problema. Pois a primeira reação à infelicidade era o desejo de evadir-se (Weil, 1979:129).

10 Quando terminaram os arranjos para o levante no bairro da Mooca, os camaradas “começaram a abrir garrafas e mais garrafas de vinhos relativamente caros e até *champagne* (...) mais tarde vim a saber que aquilo tudo era roubado pelos empregados em fábrica de bebida ou em casas importadoras de vinhos finos” (p. 124).

11 Em entrevista concedida ao autor em 20 de janeiro de 2005, Cecília Borges Rizzo relatou que, de fato, Paulo Rizzo nunca fora membro do PCB, e sim simpatizante, e que durante o período de legalidade do partido, de 1945 a 1947, contribuiu financeiramente para sua organização. Segundo ela, Rizzo sempre foi um homem de esquerda, preocupado com as desigualdades e injustiças sociais.

12 *A Noite*, 4 de novembro de 1942, p. 2.

13 Michel Laffitte, The Vélodrome d’hiver round-up: july 16 and 17, 1942, *Online Encyclopedia of Mass Violence*, p.1-12. http://www.massviolence.org/IMG/article_PDF/The-Vel-d-Hiv-round-up.pdf. Acesso em dezembro de 2014.

14 O seminário teológico de Campinas onde Paulo Rizzo estudou foi uma das referências de resistência a essa guinada à direita do protestantismo. Rubem Alves sugere que essa perspectiva, digamos, mais à esquerda, foi derrotada, e as igrejas protestantes se tornaram mais conservadoras, o que se tornou ainda mais evidente depois de 1964.

15 Essa busca de legitimidade por regimes fortes parece ter se repetido. Ver Pinto (2008).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AARON, Daniel. *Writers on the left: episodes in American literary communism*. New York: Harcourt, Brace & World, Inc., 1961.

ADORNO, Theodor. *Teoria estética*. Lisboa: Edições 70, 1970.

ALEM, Sílvio. *Os trabalhadores e a “redemocratização”: 1942/1948*. Dissertação (Mestrado) IFCH/UNICAMP, Campinas, 1981.

ALVES, Rubem. *Protestantismo e repressão*. São Paulo: Ática, 1979.

ANDRADE, Almir de. 1941 A evolução política do Brasil. *Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros*, Rio de Janeiro, ano I, n. 1.

BOLETIM do MTIC n. 91, março de 1942, ano VIII.

BOLETIM do MTIC n. 97, setembro de 1942, ano IX.

- BRETAS, Ângela. *Nem só de pão vive o homem: criação e funcionamento do Serviço de Recreação Operária, 1943-1945*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história da literatura*. 8ª ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 2002.
- CHALHOUB, Sidney & PEREIRA, Leonardo. Apresentação. In: *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- DUARTE, Adriano. O enigma Paulo Rizzo nos arquivos do FBI, 1949-1950: de estudante premiado a "pastor comunista". In: FORTES, Alexandre et al. *Cruzando fronteiras: novos olhares sobre a história do trabalho*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.
- GASDA, Helio Estanislau. *El Sentido del trabajo. Los impactos de la reconfiguración del capitalismo contemporáneo sobre los trabajadores: por una nueva comprensión del trabajo en la Teología Moral*. Tese (Doutorado) – Universidad Pontificia Comillas, Madrid, 2010.
- GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo/Rio de Janeiro: Vértice/luperj, 1988.
- KLEIN, Herbert. *A imigração espanhola no Brasil*. São Paulo/Sumaré: FAPESP, 1994.
- LAFFITTE, Michel. The Vélodrome d'hiver Round-up: July 16 and 17, 1942. *Online Encyclopedia of Mass Violence*. Disponível em http://www.massviolence.org/IMG/article_PDF/The-Vel-d-Hiv-round-up.pdf. Acesso em dezembro de 2014.
- LENHARO, Alcir. *A sacralização da política*. Campinas: Papirus, 1986.
- MELO, Luís Correia. *Dicionário de autores paulistas*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.
- MENEZES, Raimundo de. *Dicionário literário brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 1969.
- PAOLI, Maria Célia. A família operária: notas sobre sua formação histórica no Brasil. *Tempo Social Revista de Sociologia*, v. 4, n. 1-2, São Paulo, jan.-dez. 1992.
- PINTO, Rui Pedro. *Prêmios do espírito: um estudo sobre prêmios literários da secretaria de propaganda nacional do Estado Novo*. Lisboa: ICS, 2008.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- SCHWARZ, Roberto. Na periferia do capitalismo (Entrevista). *Martinha versus Lucrecia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Livraria Fronteira, 1967.
- WEIL, Simone. Experiência da vida de fábrica. In: *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- _____. *Drama from Ibsen to Brecht*. London: Hogarth Press, 1987.